

Em busca de apoio à negociação

por Martha Salomon
de Brasília

A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, deverá encontrar-se ainda neste mês com lideranças partidárias do Congresso Nacional em busca de apoio para a renegociação da dívida externa. A informação foi dada ontem pelo líder do governo no Senado, José Inácio Ferreira. "O governo está ciente de que vai precisar do Congresso e da opinião pública", disse o senador.

De acordo com a Constituição, o governo não poderá dispor do apoio formal do Congresso. Cabe aos parlamentares, segundo o artigo 49, "resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional". A Constituição também fixa como competência dos senadores autorizar operações externas e fixar limites para a dívida.

"O que orienta o governo não é apenas a disposição constitucional", disse o senador José Inácio. "É imprescindível o respaldo do Congresso para o enfrentamento com os credores", completou. O líder foi informado das intenções do governo pelo embaixador extraordinário para a negociação da dívida externa, Jório Dauster.

O embaixador recebeu do senador Severo Gomes (PMDB-SP) uma cópia das conclusões da comissão especial da dívida externa. Em setembro do ano passado, a comissão propôs a suspensão do pagamento da dívida até que o volume de reservas cambiais atingissem US\$ 20 bilhões. O senador votou contra a suspensão do pagamento mas defende que o Congresso

fixe "parâmetros para a negociação". O estabelecimento de limites para o pagamento pelos parlamentares daria mais respaldo ao governo para negociar a dívida, na opinião do senador.

"O contrato de renegociação da dívida só terá validade jurídica depois de referendado pelo Congresso", advertiu Severo Gomes. Ele admitiu, no entanto, que a antiga Constituição já cobrava a aprovação dos contratos externos pelos parlamentares. "Por uma interpretação marota, o governo nunca procurou o Congresso para referendar qualquer acordo importante", disse.

As investigações sobre o endividamento externo brasileiro serão retomadas nesta quarta-feira pelo Congresso Nacional. A comissão mista encarregada de fazer "um exame pericial dos atos e fatos geradores" da dívida vai ouvir o ex-diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, Namir Salek. O relator é o deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), autor da proposta de suspensão do pagamento da dívida. A comissão tem até abril do ano que vem para terminar o trabalho.

O senador José Inácio entende que a auditoria promovida pelo Congresso deverá servir apenas como subsídio ao governo para revelar a tendência dos parlamentares. A estratégia de negociação também não deverá ser antecipada aos parlamentares: "O assunto exige a maior reserva", explicou o líder. Para o senador Severo Gomes, o governo vai adiar um acordo com os credores enquanto aumenta os níveis de reservas do País. "O presidente vai deixar a direita indignada e a esquerda perplexa", imagina o senador, que faz oposição ao governo.